

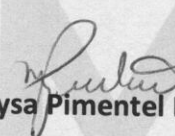
ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2026 DO CONSELHO DELIBERATIVO

1 Aos vinte e cinco dias do mês de março de dois mil e vinte e seis, no período vespertino, às
2 treze horas e trinta minutos, reúne-se o Conselho Deliberativo do IPMM, com o Diretor-
3 presidente, Nailor Lis. O encontro inicia-se com os cumprimentos por parte de todos os
4 presentes. Realiza-se a chamada dos membros titulares presentes, quais sejam: Maysa
5 Pimentel Dzus (Presidente do Conselho), Tiago Michael Fernandes de Andrade, Tiago Weber,
6 Rogério de Barros, Gislaine Caroline Gonçalves Paes e Joyce Zanetti Silva (secretária do
7 Conselho). Participam também as suplentes Roseli Chableski Sokolski, Maria de Fátima
8 Strapasson. Ausência sem justificativa da titular Eroni Terezinha Machado. Quórum
9 atendido. Em seguida, a secretária faz a leitura primeira ata da reunião ordinária de dois mil
10 e vinte e seis, a qual foi aprovada sem ressalvas e por unanimidade. Seguiu-se para
11 apresentação da prestação de contas referentes aos meses de dezembro de dois mil e vinte
12 e cinco e janeiro de dois mil e vinte e seis. Foi discutido sobre as receitas, rendimentos,
13 folha, aportes, repasses funcionais e patronal. Todos os repasses funcionais e patronais de
14 todos os órgãos partícipes se encontram conforme. O montante previsto na lei dos aportes
15 está sendo pagos pelos partícipes, exceto o da prefeitura, que realizou o parcelamento por
16 intermédio da Lei como já mencionado em reunião anterior. Relembrando que a Lei nº.
17 4843/2025, de 17 de dezembro de 2025, restou previsto que os residuais de 2024 serão
18 pagos em 300 vezes conforme prevê a lei ora aprovada e autorizada pela EC 136/2025. E os
19 pertinentes a 2025 foram parcelados em 60 vezes, conforme Portaria MPT nº. 1467/2022. O
20 PL dos aportes para o exercício 2026, também restou aprovado pela Lei nº. 4842/2025, de
21 17 de dezembro de 2025, que deverá ser pago pelos partícipes até a implementação da
22 segregação de massa. Neste aspecto temos que houve a aprovação da Lei Complementar nº.
23 111/2025, de 17 de dezembro de 2025, qual como já incansavelmente discutida, trará novo
24 tratamento orçamentário e contábil ao combate ao déficit. Informa o dirigente que as
25 formatações da nova sistemática nos sistemas de gestão e contábil estão sendo adequados
26 e tratados entre os partícipes. A nova sistemática vigorará a partir da competência de abril

27 de 2026. Referente aos parcelamentos o dirigente informou, que mediante as aprovações,
28 os lançamentos e registros nos sistemas do Ministério da Previdência - Gescon e Cadeprev,
29 estão sendo realizados naquilo que forem exigidos. Informa que os parcelamentos
30 aprovados em lei como já mencionados, ainda pendiam de aceite do Ministério da
31 Previdência. Realizados vários ajustes nos sistemas. Assim, em participação do Congresso de
32 Investimentos em Florianópolis nos dias 4 a 6 de março, como havia equipe do Ministério
33 prestando serviço no local, foi realizado a intervenção junto a eles, dizendo das adequações
34 e o aceite dos parcelamentos foi imediatamente lançado no cadeprev pela equipe técnica
35 do Ministério e registrados como aceitas por eles, desse modo, a partir a da competência de
36 abril 2026, já iniciar-se-á o recebimento das parcelas, pontuou o dirigente. Cientes da
37 prestação de contas dos meses mencionados, abordou-se primeiramente o mês de
38 dezembro, este perfazendo R\$ 2.310.906,69 como total das receitas previdenciárias. Os
39 rendimentos das receitas previdenciárias representaram R\$ 937.100,52. O total da folha
40 para pagamento no mês de dezembro (12/25) foi de R\$ 2.645.346,95. O total de
41 beneficiários foi de 535, sendo 402 aposentados e 133 pensionistas. Outras receitas
42 relevantes, foi quanto à compensação previdenciária (crédito) no montante de R\$ 50.023,86
43 e R\$ 40.472,90 (débitos). O instituto não teve precatórios a pagar no período. Na apuração
44 do resultado financeiro (PL) de 31 de dezembro de 2025 ficou em R\$ 103.260.729,44. Foi
45 acrescentado ao balancete a primeira parcela da venda dos imóveis (alienação de bens),
46 perfazendo o total de R\$ 600.000,00. Seguindo a pauta, a análise do mês de janeiro de 2026.
47 O total das receitas previdenciárias foi de R\$ 2.488.697,57. Os rendimentos das
48 receitas/investimentos previdenciários representaram R\$ 995.210,90. O total da folha para
49 pagamento no mês de janeiro (01/26) foi de R\$ 2.756.820,71. O total de beneficiários foi de
50 538, sendo 403 aposentados e 135 pensionistas, aumentando em três o número de
51 pensionistas. Na apuração do resultado financeiro (PL) de 30 de janeiro de 2026, ficou em
52 R\$ 102.938.767,30. A pauta segue com a apresentação de nova gerência administrativa
53 previdenciária, Sra. Luciane Dzus, integrando o quadro de pessoal do instituto. Foi
54 destacada sua competência técnica e a importância de sua integração aos processos de

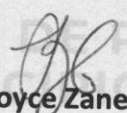
55 gestão da autarquia. Dando continuidade, foi comemorada a aprovação da nova Lei nº
56 4.854, de 17 de março de 2026, que dispõe sobre o Regime Próprio de Previdência de Mafra,
57 denominado Instituto de Previdência do Município de Mafra - IPMM, revoga a lei nº 2.571,
58 de 22 de novembro de 2001, e dá outras providências, considerada um grande avanço. A
59 legislação agora prevê remuneração por participação nas reuniões, o que deve resolver
60 problemas anteriores de falta de quórum. Discutiu-se a necessidade de aplicar
61 rigorosamente as regras de presença dos conselheiros ao cumprimento da previsão legal
62 (duas faltas ou três alternadas geram exclusão), bem como disciplinar e organizar de modo
63 pleno essa questão, que sempre foi muito criticada. Houve concordância unânime e o
64 comprometimento no cumprimento das previsões pelo conselho no sentido. Iniciou-se
65 também a conversa sobre a adequação do Regimento Interno aos termos da nova lei. Passa-
66 se à análise do Plano de Ação 2025 e Metas 2026. Foi feito um balanço de 41 metas do
67 Plano de Ação 2025, divididas em metas cumpridas, metas parcialmente cumpridas e metas
68 não cumpridas, quais foram inseridas automaticamente no plano 2026, seja, as
69 parcialmente cumpridas e as não cumpridas. Foram dezessete metas cumpridas, quinze
70 parcialmente cumpridas e sete não cumpridas. Do mesmo modo, foram reiteradas aquelas
71 de cumprimento obrigatório e as de rotina institucional, a exemplo CRP, contratos, entre
72 outros. O plano foi apresentado aos conselheiros e a disposição de todos. Em seguida,
73 houve debate sobre problemas com a perícia médica (conflitos de interpretação com os
74 médicos do município), qual pelo noticiado será enviado PL a Câmara para alteração na lei,
75 de modo a deixá-la mais abrangente e explicativa. Falou-se da viabilidade de iniciar estudos
76 a realizar um concurso público, dado a aprovação da lei de regência e a criação de novos
77 cargos. Ideal seria organizar junto com a Prefeitura e o Plassma, um certame único, visando
78 a economia e a resolutividade conjunta. Questão a ser amadurecida e estudada ao longo
79 dos próximos meses. Seguindo-se a pauta, e em cumprimento à nova lei, realizou-se a
80 eleição para a vice-presidência do conselho. O conselheiro Tiago Michael Fernandes de
81 Andrade apresentou sua candidatura e foi eleito por unanimidade pelos presentes. A
82 reunião foi encerrada com um debate sobre as regras de comparecimento. Foi reforçado

83 que a lei exige um mínimo de 10 reuniões anuais. Discutiu-se a dinâmica de pagamento dos
84 "jetons" (remuneração de presença), esclarecendo que é devida aos titulares e debatendo
85 futura logística de regulamentação em caso de necessidade em assumir a titularidade.
86 Questão a estudar. O diretor-presidente recomendou à secretária do Conselho que nas
87 próximas reuniões, além do registro em ata, talvez fosse importante fazer lista de presença.
88 A estudar melhor metodologia, se faz lista ou seria a ata suficiente. O dirigente ainda falou
89 do evento em Balneário Camboriú, a ser realizado nos dias 13 e 14 de abril, deixando em
90 aberto para discussão entre os conselheiros a organização e participação no Encontro
91 Estadual. Procedimentos da organização ficará ao encargo da secretária do conselho. Ao
92 final, os conselheiros agradeceram a presença da Sra. Luciane Maria Pereira Dzus Ferigotti,
93 ora nomeada como gerente administrativa previdenciária, desejando-lhe sucesso no novo
94 encargo. Aprovado os planos de ação e metas 2025 e 2026, bem como as planilhas e dados
95 das contas mensais apresentadas. Não houve outra manifestação pontual sobre assuntos
96 específicos por parte dos conselheiros. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a
97 presente reunião ordinária, e eu, Joyce Zanetti Silva, lavrei a presente ata, que após lida e
98 aprovada, será assinada pelos presentes. Encerrada reunião às 16 horas e 20 minutos, na
99 cidade de Mafra, no dia 25 de março de 2026.



Maysa Pimentel Dzus

Presidente do Conselho Deliberativo



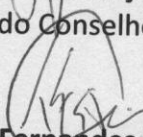
Joyce Zanetti Silva

Secretária do Conselho Deliberativo

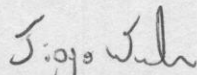


Gislaine Caroline Gonçalves Paes

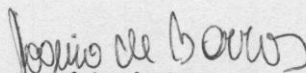
Membro Titular do Conselho Deliberativo



Tiago Michael Fernandes de Andrade
Membro Titular do Conselho Deliberativo

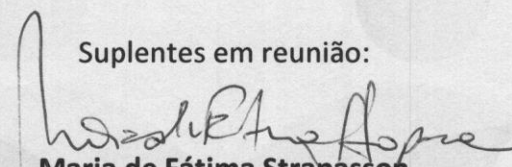

Tiago Weber

Membro Titular do Conselho Deliberativo

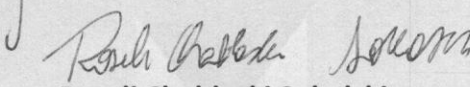

Rogério de Barros

Membro Titular do Conselho Deliberativo

Suplentes em reunião:


Maria de Fátima Strapasson

Membro Suplente do Conselho


Roseli Chableski Sokolski

Membro Suplente do Conselho

IPMM

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA
DO MUNICÍPIO DE MAFRA

Presentes:

Nailor Lis
Diretor Presidente do IPMM

Luciane Maria Pereira Dzus Ferigotti
Gerente Administrativa do IPMM



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE MAFRA – IPMM
CNPJ 97.457.071/0001-50

